



Rejeição de denúncia contra Temer foi destaque em agosto



O governo Michel Temer (PMDB) ganhou fôlego no começo de agosto, quando a Câmara dos Deputados [rejeitou denúncia que acusa o presidente](#) de corrupção e de atrapalhar investigações.

Com placar de 263 votos a 227, a maioria do Plenário disse que não havia indícios de autoria e materialidade na [acusação do então procurador-geral da República](#), Rodrigo Janot. Na prática, os deputados farão o processo ficar parado até que Temer deixe o governo.

De acordo com a PGR, o presidente aceitou R\$ 500 mil para ajudar empresas do Grupo J&F em processos no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), além de ter autorizado aliados a pagar propina ao ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para que ele não assinasse acordo de delação premiada.



2/8

3/8

8/8

10/8



15/8

18/8



22/8

24/8



29/8



[Sergio Moro aceita denúncia contra Lula sobre sítio em Atibaia \(SP\);
Supremo solta membro do MPF e advogado acusados de auxiliar Joesley Batista](#)

[Câmara rejeita denúncia contra Temer](#)

[TST diz que lei da terceirização só vale para contrato encerrado a partir de 2017](#)

[Publicada a Lei Complementar 160/2017, que tenta acabar com guerra fiscal entre estados](#)

[Fachin suspende inquérito de Temer e envia o de Rocha Loures para o primeiro grau](#)

[STJ condena Jair Bolsonaro \(PSC\) a indenizar Maria do Rosário \(PT\) por fala sobre estupro](#)

[CNJ manda tribunais informarem salários de magistrados de todo o país;
Cândido Vaccarezza é preso sob suspeita de receber US\\$ 500 mil em propina](#)

[Gilmar Mendes concede primeiro HC contra prisão após segunda instância;
STF recebe denúncia contra Collor, mas critica “excessos” da PGR;
MPF não pode fazer acordo de leniência com empresas, diz TRF-4](#)

[Supremo declara constitucional norma de São Paulo que proíbe amianto](#)

[CNJ anula condenação de juíza Kenarik Boujikian;
BC publica diretrizes de *compliance* para instituições financeiras](#)

Sítio investigado

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva [virou réu pela sexta vez](#), depois que o juiz federal Sergio Moro aceitou denúncia por reformas e móveis em um sítio localizado em Atibaia (SP).

A decisão diz que, “em cognição sumária”, ficou demonstrado que o petista “comportava-se como proprietário” do imóvel e que pessoas e empresas envolvidas na operação “lava jato” custearam reformas no local, indicando relação com crimes na Petrobras. Lula responde a outras ações penais e já [foi condenado por Moro a 9 anos e 6 meses de prisão](#).

Amianto proibido

Depois de vários adiamentos, o Supremo Tribunal Federal encerrou primeira a análise sobre o amianto e, mesmo sem declarar inconstitucional a legislação federal sobre o tema, definiu que [leis estaduais têm poder para banir o mineral](#).

Na análise da ADI contra a Lei 9.055/1995, venceu entendimento contra o texto, mas os cinco votos favoráveis à ação não foram suficientes para anular os efeitos da norma — eram necessários seis. Ao avaliar uma norma de São Paulo, porém, a corte concluiu que estados podem legislar sobre o uso do



amianto.

Space



Entrevista do mês

Em agosto, a **ConJur** entrevistou o presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), **Cristiano Maronna**. Segundo ele, o pensamento da sociedade brasileira regrediu nos últimos anos e, mais recentemente, permitiu que o [discurso do combate à corrupção servisse para defender o mero punitivismo](#).

Leia outras entrevistas:

- * **Manoel de Oliveira Erhardt**, presidente do TRF-5: ["Prisão deve ser para quem comete crimes violentos e contra a administração"](#)
- * **Ivone Zeger**, advogada especialista em Direito LGBTI: ["Não adianta negar o preconceito enquanto a lei dificulta que casal gay tenha filhos"](#)
- * **Décio Freire**, advogado trabalhista: ["Reforma traz segurança e não tem poder para tirar direitos do trabalhador"](#)

Date Created

27/12/2017